- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova escrita e prática. Caso queira assinar o texto da sua peça prática, utilize apenas o nome **Tabelião**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação e na peça prática, ao domínio da modalidade escrita será atribuído até **0,80 ponto** e ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **3,20 pontos**, dos quais até **0,16 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado), até **0,24 ponto**, ao quesito articulação do raciocínio, e até **0,24 ponto**, ao quesito capacidade de argumentação e de convencimento. Em cada questão, ao domínio da modalidade escrita será atribuído até **0,20 ponto** e ao domínio do conteúdo será atribuído até **0,80 ponto**, do qual até **0,04 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado), até **0,08 ponto**, ao quesito articulação do raciocínio, e até **0,08 ponto**, ao quesito capacidade de argumentação e de convencimento.

-- PROVA ESCRITA E PRÁTICA --

Parte 1 – Dissertação

> O novo *compliance* tributário começa antes do primeiro imposto. Na economia digital, o cadastro deixa de ser um requisito meramente administrativo para se tornar a primeira manifestação concreta do *compliance* tributário.
>
> Internet: <https://exame.com> (com adaptações).

Considerando que o texto anterior tenha caráter unicamente motivador, elabore, à luz da legislação aplicável e da jurisprudência do STJ e do STF, uma dissertação em atendimento ao que se pede a seguir.

1 Discorra acerca da responsabilidade tributária dos tabeliães, notários e registradores em relação aos tributos devidos sobre os atos por eles praticados em razão de seu ofício. [**valor: 0,60 ponto**]

2 Indique o correto direcionamento da cobrança de tributos inadimplidos na atividade notarial e registral e esclareça se é cabível, em uma cobrança forçada de tributos, buscar-se primeiramente o patrimônio do cartório. [**valor: 0,18 ponto**]

3 Aborde a natureza jurídica dos emolumentos concernentes aos serviços notariais e responda, justificadamente, se o aumento dessas custas se sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade. [**valor: 0,20 ponto**]

4 Indique o regime de previdência social a que se sujeitam, em regra, os titulares de serviços notariais e de registro e a qualificação que eles ostentam no respectivo regime, abordando a natureza jurídica da atividade desempenhada pelos titulares. Ainda, responda, justificadamente, se eles são obrigados ao recolhimento da contribuição para o salário-educação. [**valor: 1,18 ponto**]

5 Considerando a hipótese de cobrança judicial simultânea de débitos federais e municipais contra determinado tabelião, esclareça, fundamentadamente, abordando o histórico jurisprudencial do STF, se haveria hierarquia entre esses entes federados para fins de recebimento dos valores devidos. [**valor: 0,40 ponto**]

PARTE 1 – DISSERTAÇÃO – RASCUNHO 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

PARTE 1 – DISSERTAÇÃO – RASCUNHO 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

PARTE 1 – DISSERTAÇÃO – RASCUNHO 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO

PARTE 1 – DISSERTAÇÃO – RASCUNHO 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

Parte 2 – Peça Prática

José Ferreira da Silva faleceu em 1.º/9/2026 e deixou de herança uma gleba de terras em município de Mato Grosso, ainda caracterizada como rural, com metragem de 151 ha, devidamente matriculada, no entanto, sem georreferenciamento. Na data do falecimento, não existiam dívidas sobre o imóvel em questão. Descobriu-se, no entanto, a existência de um testamento no qual José havia reservado a parte disponível para ser atribuída ao primeiro filho que Jonas Ferreira da Silva, seu único filho e herdeiro, maior de idade e capaz, tivesse.

Jonas, solteiro, ainda não tem filhos, e, de acordo com o testamento, a parte testada ficará reservada pelo período de dois anos.

A validade do referido testamento foi confirmada mediante devido processo judicial.

O falecido, autor da herança, residia no imóvel e era viúvo quando o adquiriu, tendo permanecido com o mesmo estado civil até sua morte.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore, na condição de tabelião de notas no estado de Mato Grosso, a escritura pública cabível, abordando toda a matéria de direito pertinente. Não crie fatos novos e siga as seguintes instruções:

- utilize "R$" para qualquer valor monetário necessário não mencionado na situação;
- sempre que necessário, refira-se a documentos pelo seu nome seguido de "[número]" (exemplo: "passaporte [número]");
- qualquer dado necessário que não tenha sido informado na situação deve ser referido pelo nome comum entre colchetes (exemplos: "[endereço]", "[estado civil]" etc.).

PARTE 2 – PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

PARTE 2 – PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

PARTE 2 – PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO

PARTE 2 – PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

Parte 3 – Questão 1

Redija texto dissertativo sobre a dinâmica dos atos executórios e pós-executórios no *iter criminis*, atendendo ao que se pede a seguir.

1 Explique como se configura a tentativa, descreva sua natureza jurídica e esclareça, justificadamente, se ela gera repercussões na punibilidade do agente. [**valor: 0,18 ponto**]
2 Diferencie a desistência voluntária do arrependimento eficaz e esclareça, justificadamente, se ambos geram repercussões na punibilidade do agente. [**valor: 0,24 ponto**]
3 Conceitue o arrependimento posterior, descreva sua natureza jurídica e esclareça, justificadamente, se ele gera repercussões na punibilidade do agente. [**valor: 0,18 ponto**]

PARTE 3 – QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Parte 3 – Questão 2

Resolução de determinado tribunal de justiça estabeleceu, no âmbito da respectiva unidade da Federação, a possibilidade de substituição de notário por preposto indicado pelo titular, por prazo ininterrupto de até dois anos, bem como a aposentadoria compulsória do notário ao completar 75 anos de idade.

O procurador-geral da República propôs ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra o ato, asseverando: a) usurpação da competência legislativa da União; b) impossibilidade de substituição, por prazo longo, de notário a ser indicado pelo titular da serventia, haja vista o princípio do concurso público, devendo-se, caso ultrapassada a questão da inconstitucionalidade formal, declarar a inconstitucionalidade sem redução de texto, de sorte que o afastamento poderá ser, no máximo, de seis meses; e c) inaplicabilidade da aposentadoria compulsória aos notários.

Nas informações, o tribunal de justiça alegou que a ADI não deveria ser conhecida, pois a resolução em questão segue a lei federal de regência, não havendo invasão da competência, bem como argumentou que há necessidade de prevalência do princípio da continuidade do serviço público, razão pela qual é proporcional o notário poder nomear preposto por prazo de até dois anos. Além disso, referiu que a própria Constituição Federal de 1988 estabelece a aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

1 pacto federativo: competência para legislar sobre o tema objeto da referida resolução e possibilidade de delegação dessa competência; [**valor: 0,10 ponto**]

2 ADI: cabimento da ação contra resolução de tribunal de justiça, declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, efeitos de uma ADI e possibilidade de modulação de seus efeitos; [**valor: 0,25 ponto**]

3 matéria tratada na resolução hipotética: princípio da continuidade do serviço público, possibilidade de indicação de preposto pelo notário e(ou) tribunal, prazo de substituição e possibilidade de aposentadoria compulsória do notário. [**valor: 0,25 ponto**]

PARTE 3 – QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO